



Ademicon Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ: 84.911.098/0001-29

Demonstrações Financeiras 2023

ademicon.com.br

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da ADEMICON Administradora de Consórcios S.A., correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios referentes ao semestre. As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras e estão acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A ADEMICON tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio com as marcas ADEMICON, IVECO, NEW HOLLAND, LIBRELATO, MITSUBISHI e SUZUKI, entre outras, que consolida nosso trabalho há mais de 30 anos.

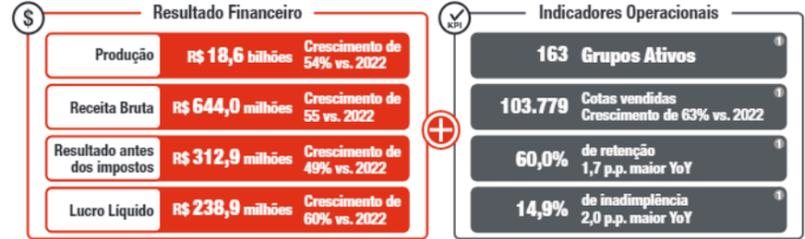
A ADEMICON atualmente possui 163 grupos em andamento, com 208.180 cotas ativas. Em 2023, a ADEMICON registrou lucro líquido de R\$ 238.966, e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 101.272. O ano de 2023 foi marcado pelo atingimento do recorde de venda da história da ADEMICON, totalizando um volume de R\$ 18,6 bilhões, que representa 54,4% de crescimento com relação ao mesmo período do ano anterior. O destaque principal foi para o recorde em vendas no segmento de veículos, que atingiu 90% de crescimento em 2023 versus 2022, em virtude do impulso das vendas na Rede Ademicon, bem como do sucesso decorrente das novas parcerias comerciais no segmento CaaS (Consortium as a Service) Digital. No ano, destaca-se positivamente o crescimento no segmento de imóveis, que superou em 59% o crescimento registrado em vendas em 2022.

O período foi marcado por uma série de iniciativas de promoção do produto consórcio e da ADEMICON, por meio de campanhas de marketing e eventos comerciais. Dentre as campanhas com maior visualização, destacam-se a participação no BBB23, programa de maior audiência televisiva no Brasil, patrocínio do São Paulo FC e campanhas nos torneios de tênis transmitidos pela ESPN.

No segundo semestre de 2023, aconteceu o segundo evento Ademicon Summit, o único congresso de consórcio do Brasil. O evento contou com a participação de mais de 5 mil pessoas, vindas de todas as regiões do país, para participar de 2 dias de eventos que consistiram em mais de 20 painéis sobre o negócio. No painel, houve a participação de grandes nomes como Roberto Justus, Murilo Gun, Tadeu Schmidt e Thiago Reis, além de painéis com temas específicos do consórcio, ministradas por toda a diretoria da Ademicon.

A seguir, tem-se os principais destaques financeiros e operacionais no ano de 2023:

Resumo - Principais Destaques (2023)



© Bacen, Dez/23

O ano de 2023 foi também marcado pela consolidação de novas parcerias junto a grandes instituições para comercialização do produto ADEMICON. Foram 7 parcerias CaaS fechadas no decorrer do ano (BTG, Banco Votorantim, São Paulo FC, Santos FC, Esporte Clube Vitória, Marisa e Comprê Náutica), com o objetivo de expandir ainda mais a avenida de crescimento da empresa voltada à personalização da experiência do produto consórcio, por meio de grandes nomes no mercado.

Sem mais, agradecemos aos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; ao nosso controlador, a ADEMICON HOLDING S.A., anteriormente denominada ADEMICON Crédito, Serviços e Consultoria S.A. e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Administradora.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 20 de maio de 2024

Os Administradores

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	8	3.380	355	Passivos financeiros		162.001	27.271
Ativos financeiros	9	108.951	81.791	Empréstimos bancários	14.1	119.300	-
Instrumentos financeiros	9.1	41.155	55.701	Instrumentos financeiros derivativos	14.2	1.972	-
Outros ativos financeiros	9.2	67.796	26.090	Taxa de administração a apropriar	14.3	40.729	27.271
Ativos fiscais	10	14.367	171	Outros passivos		78.486	86.973
Outros créditos	11	8.440	6.671	Sociais e estatutárias		-	35.143
Adiantamentos	11.1	8.440	6.671	Sociais e previdenciárias	15	11.815	11.818
Total do ativo circulante		135.138	88.988	Fiscais e previdenciárias	16	66.671	40.012
Não circulante				Passivos diversos		240.487	114.244
Ativos financeiros	9	467.713	227.045	Total do passivo circulante		240.487	114.244
Instrumentos financeiros	9.1	20.300	11.979	Não circulante			
Outros ativos financeiros	9.2	466.115	229.632	Passivos financeiros	14.3	313.175	160.036
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.2	(18.702)	(14.566)	Contingências	17	5.640	1.581
Outros valores e bens	12	21.333	24.939	Recursos não procurados	18	1.770	2.013
Outros créditos		2.997	467	Passivos diversos	16	976	24
Diversos		2.997	467	Total passivo não circulante		321.561	163.654
Total do ativo não circulante		492.043	252.451	Patrimônio líquido			
Permanente				Capital social	19.1	27.977	27.977
Imobilizado		5.238	2.611	Reserva legal	19.2	5.595	5.595
Imobilizado de uso	13.1	11.121	7.722	Reserva de lucros	19.3	67.700	65.999
(-) Depreciação acumulada		(5.883)	(5.111)	Total do patrimônio líquido		101.272	99.571
Intangível		30.901	33.419				
Intangível	13.2	36.839	33.936				
(-) Amortização acumulada		(5.938)	(5.17)				
Total do ativo permanente		36.139	36.030				
TOTAL DO ATIVO		663.320	377.469	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		663.320	377.469

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	19.943	4.160	15.614	-	39.717
Lucro líquido do exercício	-	-	-	149.398	149.398
Acervo líquido incorporado (Nota 1.a)	8.034	-	-	181	8.215
Constituição reserva legal	-	1.435	-	(1.435)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(97.759)	(97.759)
Reserva de lucros	-	-	50.385	(50.385)	-
Em 31 de dezembro de 2022	27.977	5.595	65.999	-	99.571
Lucro líquido do exercício	-	-	-	238.966	238.966
Distribuição de dividendos	-	-	(65.999)	(171.266)	(237.265)
Reserva de lucros	-	-	67.700	(67.700)	-
Em 31 de dezembro de 2023	27.977	5.595	67.700	-	101.272
Em 30 de junho de 2023	27.977	5.595	34.999	94.355	162.926
Lucro líquido do período	-	-	-	144.611	144.611
Distribuição de dividendos	-	-	(34.999)	(171.266)	(206.265)
Reserva de lucros	-	-	67.700	(67.700)	-
Em 31 de dezembro de 2023	27.977	5.595	67.700	-	101.272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Depósitos Bancários	2.719	559	Obrigações com Consorciados	2.493.727	2.019.972
Aplicações Financeiras	992.818	758.189	Valores a Repassar	68.073	54.567
Bens Retomados ou Devolvidos	7.554	8.695	Obrigações por Contemplações a Entregar	921.652	697.549
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	3.145.079	2.536.050	Obrigações com a Administradora	-	5.794
	4.148.170	3.303.493	Recursos a Devolver a Consorciados	537.214	432.208
			Recursos do Grupo	127.503	93.404
			Total do Passivo e Compensação	4.148.169	3.303.494
Compensação					
Provisão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	163.991	131.094	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	163.991	131.094
Contribuições Devidas ao Grupo	33.361.321	23.768.078	Obrigações do Grupo por Contribuições	33.361.322	23.768.077
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	32.621.509	23.182.178	Bens ou Serviços a Contemplar - Valor	32.621.509	23.182.178
	66.146.821	47.081.350		66.146.822	47.081.349
Total do Ativo e Compensação	70.294.991	50.384.843		70.294.991	50.384.843

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. ("ADEMICON"), constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Curitiba - Paraná, tem como atividade a administração de grupos de consórcios de bens imóveis, veículos leves e pesados e outros, mediante a captação de poupança popular na sistemática de consórcio, nos termos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971. A ADEMICON surgiu a partir da fusão da ADEMILAR Administradora de Consórcios S.A., e da CONSEG Administradora de Consórcios S.A., em função da sinergia e complementariedade das suas atividades, ambas administradoras de consórcio, sendo a primeira focada em consórcio de investimento imobiliário e a última, administradora de consórcio focada em veículos leves e pesados, posicionando, assim, a ADEMICON no mercado como a maior administradora independente de consórcios do Brasil em ativos administrados. O processo de fusão foi concluído em 29 de novembro de 2021, sendo então a ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. controlada pela ADEMICON Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2022, segundo os planos de uma reestruturação societária, a ADEMICON finalizou o processo de incorporação reversa da sua então Controladora, a ADEMICON Participações S.A., que objetivou principalmente: • Racionalização e simplificação da estrutura societária, e, conseqüentemente, a consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; • União dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das Partes, permitindo a melhor gestão de operações, de ativos e de fluxos de caixa, resultando, assim, na otimização do emprego dos recursos operacionais e financeiros e, por conseqüência, na obtenção de maiores benefícios para as atividades sociais desempenhadas pelo grupo econômico; e • Racionalização e simplificação da gestão, de modo a contribuir para a futura expansão dos negócios sociais combinados. As principais etapas deste processo estão descritas a seguir: **a) Incorporação reversa:** Em 31/12/2022 foi elaborado pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil, apurado por meio dos livros contábeis, com o objetivo de avaliar os saldos do patrimônio líquido contábil da ADEMICON Participações S.A. na data-base, incorporada reversamente pela ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. A avaliação foi realizada pelo valor contábil dos bens, direitos e obrigações refletidos no balanço base da Incorporada, apurado de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, considerando-se, para tanto, o balanço patrimonial datado de 30 de novembro de 2022 ("Data-Base"), bem como os seus respectivos livros e registros contábeis, fiscais, analíticos e auxiliares, com determinados ajustes proforma decorrentes dos seguintes eventos subsequentes à Data-Base: • Distribuição de dividendos intermediários, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial da Incorporada levantado em 30 de novembro de 2022, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de dezembro de 2022 ("Distribuição de Dividendos"). **Valor Atribuído:** Conforme Laudo de Avaliação, o valor contábil do patrimônio líquido da Incorporada ("PL Incorporada") na Data-Base, está representado, em todos os aspectos relevantes, pelo montante de R\$ 74.597.184,45 (setenta e quatro milhões,

quinhentos e noventa e sete mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Do montante do PL Incorporado, a parcela de R\$ 66.563.393,27 (sessenta e seis milhões quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos) representa o valor da participação societária detida pela Incorporada na Incorporadora, avaliada pelo método da equivalência patrimonial na Data-Base, descontado do montante do PL Incorporada para fins da Operação. Dessa forma, o valor do ativo líquido da Incorporada, já descontado o valor da participação societária detida pela Incorporada na Incorporadora e outros ajustes aplicáveis, ficou equivalente a R\$ 8.033.791,18 (oito milhões, trinta e três mil setecentos e noventa e um reais e dezoito centavos) sendo utilizado para aumento de Capital na Incorporadora, e o valor de R\$ 181.409,98 (centos e oitenta e um mil, quatrocentos e nove reais e noventa e oito centavos) transferido para a Reserva de Lucros Acumulados da Incorporadora ("Acervo Líquido"). **Ágio (goodwill):** Foram realizados ajustes contábeis decorrentes da contabilização de ágio, por meio da baixa no montante de R\$ 67.467.790,41 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e noventa reais e quarenta e um centavos), equivalente a aproximadamente 66% (sessenta e seis por cento) do ágio (Goodwill) registrado na Incorporada. Diante disso, será feito aproveitamento fiscal na proporção de 34% aplicado sobre o montante do ágio anteriormente registrado, representado pelo montante de R\$ 22.939.089,53 (vinte e dois milhões, novecentos e trinta e nove mil e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos) cuja apropriação se dará no prazo total de 60 meses. **Variações Patrimoniais:** A Incorporadora absorveu as variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da Incorporada que ocorreram entre a Data-Base (que já considera os ajustes decorrentes dos Eventos Pro Forma, conforme indicado no Laudo de Avaliação) e a data da efetiva realização da Operação, observado que, tanto as variações patrimoniais positivas, quanto as variações patrimoniais negativas que ocorreram entre a Data-Base e a data da efetiva realização da Operação, foram reconhecidas no patrimônio líquido da Incorporadora, conforme o caso. **Variação Patrimonial da Incorporadora:** A Operação acarretou a variação patrimonial da Incorporadora no montante do Acervo Líquido, mediante a emissão de 9.844.920 (nove milhões, oitocentas e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de aproximadamente R\$ 0.816034176 cada uma, sendo que o Acervo Líquido foi alocado ao capital social da Incorporadora. **Composição do Capital Social da Incorporadora Após a Operação:** Em razão da Incorporação, o capital social da Incorporadora passou ser representado pelo montante de R\$ 27.976.705,50 (vinte e sete milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e cinco reais e cinquenta centavos) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Ingresso da acionista controladora:** Após a incorporação reversa da ADEMICON Participações S.A. pela ADEMICON Administradora de Consórcios S.A., ainda em 31 de dezembro de 2022, foi feita a contribuição de ações da ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. na ADEMICON Crédito Serviços e Consultoria S.A., que passou então a deter 100% de participação no capital social da ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. O Plano de Opção de Compra de Ações da

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Receitas da Intermediação Financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.909	10.002	6.844
Resultado da Intermediação Financeira	5.909	10.002	6.844
Outras receitas/Despesas Operacionais			
Receita de prestação de serviços	20	332.183	586.606
Despesas com pessoal	21	(26.849)	(51.292)
Despesas administrativas	22	(144.672)	(250.838)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	23	23.458	23.964
		184.120	308.440
Provisões			
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(938)	(5.471)	(7.265)
Resultado antes dos impostos e participações	189.091	312.971	211.288
Imposto de renda e contribuição social	24	(39.846)	(67.005)
Participação nos lucros	25	(4.634)	(7.000)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	144.611	238.966	149.398
Lucro líquido por lote de mil ações		14,69	24,27
Quantidade de ações no período		9.844.920	9.844.920

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Lucro líquido do exercício	144.611	238.966	149.398
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício/período	144.611	238.966	149.398

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício/período	144.611	238.966	149.398
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	1.372	2.753	838
Variação cambial	(700)	(700)	-
Resultado com instrumentos derivativos	1.972	1.972	-
Imposto de renda e contribuição social	39.846	67.005	57.800
Provisão para contingências	3.638	3.813	593
Provisão para participação nos lucros	4.635	7.000	4.812
Provisão para perda de crédito estimada	1.131	4.136	7.469
Outras provisões	6.966	8.056	181
Variações nos ativos e passivos			
Instrumentos financeiros	15.125	6.225	(13.405)
Outros ativos financeiros	(156.446)	(278.194)	(219.552)
Ativos fiscais e outros créditos	(14.215)	(11.795)	(5.724)
Fiscais e previdenciárias	194	1.309	2.144
Passivos financeiros	79.109	166.596	187.307
Recursos não procurados	220	(36)	(20.127)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.412)	(68.317)	(56.027)
Outras obrigações	7.464</		

★continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Incorporada, aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 02 de dezembro de 2021 ("Plano de Opção"), permaneceu vigente de acordo com os seus termos e condições atuais, assumindo a ADEMICON Crédito Serviços e Consultoria S.A., na qualidade de cessionária, todos os passivos, ativos e obrigações decorrentes do Plano de Opção, inclusive em decorrência dos contratos de outorga celebrados entre a incorporada e beneficiários do plano ("Transferência do Plano de Opção" e, em conjunto com a Distribuição de Dividendos, os "Eventos Pro Forma"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2023, foi aprovada a alteração da denominação social da controladora, passando de "ADEMICON Crédito Serviços e Consultoria S.A." para "ADEMICON HOLDING S.A."

2. BASES DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da ADEMICON foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para as administradoras de consórcios, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis. Na elaboração das demonstrações consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, as colunas semestre e exercício representam os valores coletados e utilizados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de maio de 2024. **2.2 Declaração de continuidade:** A Administração considera que a ADEMICON possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. **2.3 Moeda funcional, de apresentação e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da ADEMICON é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **2.4 Convergência às normas internacionais de contabilidade:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela ADEMICON, sempre que aplicável:

	RESOLUÇÃO:
PRONUNCIAMENTO CPC	
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução BCB nº 8/2020
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução BCB nº 9/2020
CPC 28 - Propriedade para Investimento	Resolução BCB nº 170/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução BCB nº 59/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 47 - Recolha de Contrato com Cliente	Resolução BCB nº 120/2021

2.5 Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos subsequentes: **Resolução BCB nº 178, 19/01/2022:** Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. **Resolução BCB nº 285, 19/01/2023:** Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024. **Resolução BCB nº 310, 12/04/2023:** Altera a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2023. **Resolução BCB nº 320 de 31/05/2023:** Altera a Resolução VCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2023, quanto ao inciso II do art. 2º, e em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos. **Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023:** Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juro efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciamento de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Revoga as Resoluções nº 219 de 30/03/2022 e nº 309 de 28/03/2023. Esta Resolução entra em vigor: em 1º de janeiro de 2024, em relação ao art. 24, 100, 101 e aos incisos X e XI do art. 107. Em 1º de janeiro de 2027, em relação ao Capítulo IV do Título II e em 1º de janeiro de 2025, em relação aos demais dispositivos. **Resolução BCB nº 263 de 14/12/2023:** Altera a Resolução BCB nº 285, de 19 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024, quanto ao art. 2º, inciso I e na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos. A Administração da ADEMICON está procedendo a análise quanto aos impactos destas alterações sobre suas operações, e fará a adequação à medida em que for identificada sua aplicabilidade. Não há outras normas ou resoluções com impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da ADEMICON.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes: **3.1 Administradora:** **3.1.1 Disponibilidades:** Representadas por caixa e equivalentes de caixa. Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.1.2 Ativos financeiros:** **3.1.2.1 Instrumentos financeiros:** Correspondem a títulos e valores mobiliários adquiridos, que devem ser registrados pelo valor efetivamente pago e classificados nas seguintes categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e será determinada no reconhecimento inicial. Conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, são classificados nas seguintes categorias: a) Títulos para negociação: devem ser classificados nessa categoria aqueles adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. b) Títulos mantidos até o vencimento: devem ser classificados nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. c) Títulos disponíveis para venda: devem ser classificados nessa categoria aqueles que não enquadrados nas categorias descritas anteriormente. Os instrumentos financeiros mantidos pela ADEMICON em 31 de dezembro de 2023 estão representados por cotas de fundos de investimento, títulos de renda fixa e debêntures, classificados de acordo com a circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil. **3.1.2.2 Outros ativos financeiros:** São instrumentos que podem ser apresentar como direito contratual de receber caixa ou equivalente, direito de receber outro ativo financeiro ou trocar um instrumento financeiro com outra entidade em condições potencialmente favoráveis, ou ainda, receber instrumentos de capital da própria entidade. Em 31 de dezembro de 2023 outros ativos financeiros mantidos pela ADEMICON estão representados pelos saldos de taxas de administração a receber (Nota 3.1.10), cotas comercializadas a receber e comissões a apropriar (Nota 3.1.11). Se o prazo de recebimento destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no ativo circulante, caso contrário serão apresentados no ativo não circulante. **3.1.3 Outros créditos:** Representam direitos a receber que não são provenientes da prestação de serviços de administração de grupos de consórcio. Esses saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo das transações, deduzidos das provisões para perdas calculadas, quando aplicável. Se o prazo de recebimento destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no ativo circulante, caso contrário serão apresentados no ativo não circulante. **3.1.4 Imobilizado e Intangível:** **3.1.4.1 Imobilizado:** São registrados no ativo imobilizado de uso os bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. Os ativos imobilizados de uso devem ser reconhecidos pelo valor de custo, que compreende: a) O preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra; b) Os demais custos diretamente atribuíveis, necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento; c) A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos quando da aquisição do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear, a partir de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado de acordo com a categoria, características e uso dos bens. **3.1.4.2 Intangível:** São registrados no ativo intangível, ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela entidade, destinados à sua manutenção ou exercidos com essa finalidade: a) Ativo não monetário: que não seja representado por unidades de moeda mantidas em caixa e que não possa ser recebido em um número fixo ou determinado de unidades de moeda; b) Ativo identificável: (i) Que possa ser separado da instituição e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou juntamente com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela instituição; ou (ii) Que resulte de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da instituição ou de outros direitos e obrigações; e c) Ativo desenvolvido: resulta da aplicação dos resultados de pesquisa ou de outros conhecimentos em plano ou projeto que vise à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso. **3.1.5 Passivos financeiros:** São

considerados passivos financeiros: a) Obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro para outra entidade ou trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis à própria entidade; b) Contrato a ser ou que possa ser liquidado com instrumento de capital próprio da entidade e que seja instrumento financeiro não-derivativo para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da entidade; ou instrumento financeiro derivativo a ser ou que possa ser liquidado por outra forma que não pela troca de um valor fixo em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumento de capital próprio da entidade. **3.1.5.1 Obrigações por empréstimos e repasses:** Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido. **3.1.5.2 Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular 3.082/2002 do Banco Central são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balanços mensais e dos balanços. As variações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas e despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2023 os passivos financeiros mantidos pela ADEMICON estão representados pelos saldos de taxas de administração a apropriar (Nota 3.1.10), Empréstimos bancários (Nota 14.1) e Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14.2). Se o prazo de realização destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no passivo circulante, caso contrário serão apresentados no passivo não circulante. **3.1.6 Outros passivos:** Representam demais obrigações da ADEMICON, reconhecidas inicialmente pelo valor justo das transações, acrescidas de encargos financeiros, quando aplicável. Se o prazo de liquidação destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no passivo circulante, caso contrário serão apresentados no passivo não circulante. **3.1.7 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 mil no ano (R\$ 120 mil no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos no resultado do período e apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data-base. **3.1.8 Outros impostos e contribuições incidentes:** Sobre a receita bruta incidem as contribuições de PIS e COFINS, calculadas às alíquotas de 1,65% para o PIS, e 7,60% para COFINS, além do imposto sobre serviços - ISS, calculado à alíquota de 2% devido a regime tributário especial do programa *Tecnoparque*, previsto na lei complementar nº 64/2007, e regulado pelo decreto nº 310/2008, firmado junto a Prefeitura Municipal da cidade de Curitiba. **3.1.9 Apuração do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. **3.1.10 Receita de taxa de administração:** É a remuneração paga à administradora pelos serviços prestados na gestão dos grupos de consórcio, de forma a garantir que todos tenham acesso aos bens contratados. A partir de 1º de janeiro de 2022, com a adoção prospectiva do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, cuja aderência pelo Banco Central do Brasil se deu pela Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021, a taxa de administração dos grupos de consórcio será registrada apenas quando cumpridos os seguintes critérios: (a) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (b) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (c) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (d) Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e (e) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço. Tendo em vista as especificidades da relação de receitas e serviços existentes entre as partes, levando-se em consideração as condições de consorciados contemplados e não contemplados, destaca-se uma maior concentração de serviços e na cobrança da taxa de administração no período inicial do contrato, até sua contemplação. Após a contemplação da cota, a relação jurídica entre administradora e consorciado sofre alteração, assim como a relação de serviços prestados pela administradora, o que faz com que a apropriação do saldo devedor da taxa de administração passe a ser feita de forma linear, ao longo do prazo remanescente do contrato. Assim, a parcela normal da taxa de administração, cobrada pela prestação de serviços no curso normal do contrato será reconhecida como receita de acordo com a sua competência, em contrapartida a conta do ativo circulante (taxa de administração a receber). A taxa de administração recebida antecipadamente em função da maior concentração de custos no início do contrato e por lance, será registrada em conta do passivo (taxa de administração a apropriar), segregadas as parcelas de curto e longo prazo (circulante e não circulante), e reconhecida linearmente no resultado, de acordo com o prazo restante dos contratos. **3.1.11 Despesa com comissões:** As comissões são as contraprestações pagas pela administradora pelas vendas de cotas de consórcio. A instrução normativa BCB nº 187, 25/11/2021 revogou a exigência do reconhecimento das despesas de comissão de venda de quotas de consórcio no resultado quando da realização da venda, conforme definido pela Carta Circular nº 2.598/1995, passando então a serem reconhecidas pelo regime de competência, observando o disposto no CPC 47. Dessa forma, as comissões, vinculadas ao pagamento das parcelas pelos consorciados, são registradas em conta do ativo (comissões a apropriar), segregadas as parcelas de curto e longo prazo (circulante e não circulante), e reconhecidas linearmente no resultado, de acordo com o prazo restante dos contratos. **3.1.12 Redução ao valor recuperável de ativos:** O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável, se essa condição estiver presente, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável. A entidade deve avaliar, no mínimo ao final de cada exercício, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. A administração da ADEMICON avaliou, para a data-base, a existência de indicadores de que seus ativos possam ter sofrido desvalorizações, os quais não foram identificados, dessa forma, julgou-se não ser necessária a aplicação de teste de recuperabilidade. **3.1.13 Reserva Legal:** É constituída na proporção de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **3.1.14 Resultados não recorrentes:** Resultados não recorrentes correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro. Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Administração da ADEMICON concluiu que não foram apurados resultados não recorrentes, sendo o resultado de R\$ 233.560 (R\$ 149.398 em 31 de dezembro de 2022) oriundo de eventos recorrentes da ADEMICON. **3.2 Grupos de Consórcio:** **3.2.1 Disponibilidades e aplicações financeiras:** Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações das Circulares nºs 3.432 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração. **3.2.2 Direitos dos consorciados contemplados:** Demonstam os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens vigente no mês. **3.2.3 Provisão mensal de recursos a receber consorciados:** Refere-se à previsão de arrecadação de contribuições de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos da taxa de Administração. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. **3.2.4 Contribuições devidas ao grupo:** Demonstam as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços. **3.2.5 Valores e bens ou serviços a contemplar:** Representam o valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no valor dos bens nas datas dos balanços. **3.2.6 Obrigações com consorciados:** Correspondem aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para aquisição de bens, e recursos recebidos cuja destinação não foi identificada, os quais são atualizados com base no valor dos bens nas datas dos balanços. **3.2.7 Valores a repassar:** Registram os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelo grupo relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, multa rescisória e outros. **3.2.8 Obrigações por contemplações a entregar:** Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidas da respectiva remuneração. **3.2.9 Recursos a devolver a consorciados:** Registram o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes ou excluídos, relativo às contribuições de fundo comum, devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável. **3.2.10 Recursos dos grupos:** Correspondem aos recursos dos grupos de consórcios a serem rateados entre os consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas a contemplação, multa, juros e outros valores retidos. **3.2.11 Recursos coletados:** Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. **3.2.12 Recursos utilizados:** Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos. **3.2.13 Das normas para Consórcios:** A ADEMICON está aplicando todas as instruções normativas e resoluções vigentes emitidas e aprovadas pelo Banco Central do Brasil na elaboração das suas Demonstrações Financeiras.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas:** Com base em premissas, a ADEMICON faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: a) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** São provisões constituídas para reconhecimento no resultado das prováveis perdas futuras no recebimento de créditos, onde a entidade deve considerar o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa. A resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A ADEMICON, para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, atende aos requisitos mínimos estabelecidos na referida resolução. b) **Comissão a apropriar:** O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência, conforme previsto no CPC 47, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2002 conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. (Nota 3.1.11). c) **Taxa de administração a apropriar:** Corresponde ao diferimento das taxas pagas antecipadamente pelo consorciado, oriundas de lance e antecipação de parcela, que serão apropriadas de

acordo com o prazo do contrato, a partir de 1º de janeiro de 2022 conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. (Nota 3.1.10). d) **Passivo Contingente:** Passivo contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob controle da entidade, ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. A ADEMICON reconhece passivos contingentes em suas demonstrações financeiras representados por processos judiciais e/ou administrativos, cujo prognóstico de perda seja classificado pelos seus assessores jurídicos como provável, e os valores envolvidos possam ser mensurados com razoável segurança. Processos com prognóstico de perda possível não são registrados, mas divulgados em nota explicativa.

5. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

5.1 Fatores de risco financeiro: A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Essa gestão é realizada pela Administração da ADEMICON que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados principalmente ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência. **5.2 Risco Cambial:** A Administração da ADEMICON estabeleceu uma política abrangente para o gerenciamento do risco cambial, que delineia as diretrizes e estratégias adotadas para mitigar os efeitos adversos das flutuações nas taxas de câmbio. Essa política é revisada periodicamente para garantir sua relevância diante das condições de mercado em constante evolução. Como parte integrante da estratégia de gerenciamento de risco, a Administração da ADEMICON utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos a termo e opções, para proteger as posições cambiais decorrentes de ativos, passivos e transações denominados em moedas estrangeiras. No exercício financeiro atual, a variação cambial influenciou os resultados da Administração da ADEMICON, impactando diretamente a Demonstração do Resultado. A seção de Notas Explicativas fornece uma análise detalhada desses efeitos, apresentando a variação cambial líquida e sua distribuição nas diferentes linhas da demonstração.

6. CONTROLES INTERNOS

Nos termos da Resolução BCB nº 260/22, do Banco Central do Brasil, estão implantados os procedimentos pertinentes ao sistema de controles internos, os quais vêm sendo acompanhados e revisados pela Administração da ADEMICON.

7. RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

7.1 Posição das operações de consórcios: Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios:

	31/12/2023	31/12/2022
Ademicon	163	135
Número de grupos administrados	6.891	6.085
Quantidade de bens pendentes de entrega	10.720	8.014
Quantidade de bens entregues no período	91.950	42.356
Quantidade total de bens entregues de grupos em andamento	208.180	147.526
Total de consorciados ativos - quantidade	11.236	11.724
Contratos quitados	219.416	135.802
Contratos não quitados	138.525	105.484
Total de consorciados excluídos - quantidade	14,88%	12,88%
Taxa de inadimplência	30.982	19.006
Inadimplentes	40.050	37.368
Contempladas		

7.2 Taxa de administração arrecadada: A taxa de administração média arrecadada (em percentual) nos grupos de consórcios está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis	23,5%	23,3%
Veículos pesados	13,8%	13,8%
Veículos leves	14,5%	14,2%
Outros	23,0%	21,7%

7.3 Taxa de administração futura: Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados está demonstrada a seguir:

R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Consorciados contemplados/não contemplados	6.015.297	4.179.685

8. DISPONIBILIDADES

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3	3
Bancos - conta corrente (I)	3.377	352
Total	3.380	355

(I) Os saldos mantidos em contas correntes bancárias estão demonstrados a seguir:

31/12/2023	31/12/2022	
Banco Bradesco	3.021	349
Caixa Econômica Federal	345	2
Banco Itaú	11	1
Total	3.377	352

9. ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Instrumentos financeiros	41.155	55.701
Outros ativos financeiros	67.796	26.090
Total	108.951	81.791

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante		
Instrumentos financeiros	20.300	11.979
Outros ativos financeiros	466.115	229.632
(-) Provisão para perdas no recebimento de crédito	(18.702)	(14.566)
Total	467.713	227.045

9.1 Instrumentos financeiros: a) Posição dos instrumentos financeiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Cotas de fundos de investimentos	40.416	35.855
Títulos de renda fixa	739	19.846
Total	41.155	55.701
Ativo não circulante		
Debênture	20.300	11.979
Total	20.300	11.979

b) Classificação por categoria e prazo:

	31 de dezembro de 2023				
	Quantidade de quotas	<			

★continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2023	31/12/2022
PCE - taxa de administração a receber	(4.451)	(2.406)
PCE - empréstimos a grupos encerrados	(14.251)	(12.160)
	(18.702)	(14.566)

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada está demonstrada a seguir:
Em 31 de dezembro de 2022 (14.566)
 (-) Provisões para perdas constituídas no exercício (7.953)
 (+) Reversões 3.172
 (+) Perda líquida definitiva 645
Em 31 de dezembro de 2023 (18.702)
 Dada a natureza da atividade econômica da ADEMICON, os processos de cobrança e recuperação de crédito tendem a ser mais longos do que o comumente observado em outros segmentos de mercado.

10. ATIVOS FISCAIS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicações financeiras	446	50
IOF sobre aplicações financeiras	85	121
PIS/COFINS a recuperar (I)	11.160	-
INSS a recuperar (II)	2.676	-
Total	14.367	171

(I) Refere-se ao reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/COFINS relativos ao período dos últimos 5 anos, encerrado em 31 de dezembro de 2022, após conclusão de levantamentos realizados por consultoria especializada. Os créditos serão compensados entre os meses de agosto/2023 e março/2024. (II) Refere-se ao reconhecimento de créditos previdenciários relacionados a limitação do "Sistema S" a 20 (vinte) salários-mínimos. Devido a mudança no posicionamento dos responsáveis pelo julgamento do tema, o aproveitamento do crédito foi suspenso, e a Administração da Companhia decidiu pela constituição de provisão para perda, dado o nível de incerteza quanto a realização do ativo correspondente ao valor do crédito, conforme demonstrado na nota explicativa 17 (I).

11.1 Administradora

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento para despesas diversas (I)	1.168	2.433
Adiantamento para despesas com processos judiciais (II)	1.755	1.320
Adiantamento Megadata (III)	1.185	921
Adiantamento cartões de crédito - grupos (IV)	1.326	322
Adiantamento custas judiciais	681	372
Outros valores (V)	2.325	1.304
Total	8.440	6.672

(I) São evidenciados nesta conta os pagamentos realizados antecipadamente a fornecedores de bens e serviços para manutenção e funcionamento das atividades operacionais da ADEMICON, cuja nota fiscal/documento/fatura será emitida após a conclusão/entrega dos bens e serviços. (II) Referem-se a despesas de natureza judicial, relacionadas aos grupos de consórcio como cobrança, processos de busca e apreensão, e outras da mesma natureza, em que a Administradora faz o adiantamento dos valores ao grupo, e na ocasião do pagamento da parcela pelo cliente o valor é reembolsado para Administradora. (III) São despesas de natureza não judicial relacionadas aos grupos de consórcio, em que a Administradora faz o adiantamento dos valores ao grupo, e na ocasião do pagamento da parcela pelo cliente o valor é reembolsado para Administradora. (IV) São operações de vendas de quotas com pagamento via cartão de crédito, em que a Administradora faz a antecipação do valor para o grupo até o repasse dos valores pela administradora de cartões, assim que o repasse é concluído, os valores são reembolsados para Administradora. (V) Referem-se ao somatório de outros adiantamentos incluindo adiantamentos a empregados (salarial, 13º salário), adiantamentos de viagens e despesas realizadas através de cartão corporativo.

11.2 Grupos de consórcio (Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios): Referem-se aos valores a receber de consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens na data-base.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Normais	3.043.963	2.471.055
Em atraso	13.034	12.466
Cobrança judicial	88.082	52.529
Total	3.145.079	2.536.050

12. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Cotas de consórcio ativas	19.014	22.620
Cotas de consórcio canceladas	2.319	2.319
Total	21.333	24.939

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

13.1 Imobilizado de uso: a) Abertura do ativo imobilizado

Descrição	31/12/2023				31/12/2022	
	Vida útil	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Instalações	10 anos	371	(280)	91	107	107
Móveis/Equipamentos de uso	10 anos	4.403	(1.770)	2.633	1.168	1.168
Máquinas e equipamentos	10 anos	343	(309)	34	44	44
Equipamentos de processamento de dados	20 anos	4.997	(2.517)	2.480	1.291	1.291
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10 anos	1.007	(1.007)	-	1	1
Total		11.121	(5.883)	5.238	2.611	2.611

b) Movimentação do ativo imobilizado

Líquido em 31/12/2022	Instalações	Móveis/Equipamentos de uso	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Total
	108	1.168	44	1.291	2.611
Custo					
Aquisições	-	1.689	-	2.011	3.700
(-) Baixas	-	-	-	(301)	(301)
(+/-) Transferências	-	-	(12)	12	-
Depreciação					
Adições	(17)	(224)	(10)	(604)	(855)
(-) Baixas	-	-	-	83	83
(+/-) Transferências	-	-	12	(12)	-
Líquido em 31/12/2023	91	2.633	34	2.480	5.238

13.2 Intangível: a) Abertura do intangível

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Amortização %	Custo	Amortização	Líquido
Software	20%	13.751	(2.497)	11.254
Marcas e patentes	-	4	-	4
Projetos em andamento (I)	-	145	-	145
		13.900	(2.497)	11.403
		22.939	(3.441)	19.498
		22.939	(3.441)	19.498
Total		36.839	(5.938)	30.901

(I) Refere-se a projeto em andamento, relacionado ao desenvolvimento de ferramentas digitais para utilização nas operações da Companhia. (II) Refere-se ao benefício fiscal sobre o ágio gerado na aquisição da CONSEG Administradora de Consórcios conforme Laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA), emitido em 26 de julho de 2017. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituído o ativo diferido para aproveitamento fiscal, calculado a proporção de 34% sobre o montante do ágio registrado na Incorporadora pela aquisição de investimentos, cujo aproveitamento se dará no prazo de 60 meses com início no exercício de 2023. O aproveitamento teve início no mês de abril de 2023, e a movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022 22.939

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Apropriação parcelas	(3.441)	(3.441)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.498	19.498

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração realizou análise de recuperabilidade do ativo registrado considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado a partir da projeção dos resultados, elaborada com base nas premissas do planejamento estratégico da ADEMICON, para obtenção do fluxo de caixa operacional. Considerando a projeção de lucros tributáveis para a ADEMICON, não foram identificados fatores de que este ativo venha a sofrer desvalorização. Dessa forma, a Administração concluiu que não se faz necessária, para a data-base, a constituição de provisão para perdas por desvalorização ("Impairment"), observando o disposto no CPC 01 (R1) (Resolução BCB nº 120/2021).

b) Movimentação do intangível

Líquido em 31/12/2022	Software	Marcas e Patentes	Projetos em andamento	Total
	9.605	4	871	10.480
Aquisições	2.709	-	194	2.903
(-) Baixas	-	-	-	-
(+/-) Transferências	920	-	(920)	-
(-) Amortização	(1.980)	-	-	(1.980)
Líquido em 31/12/2023	11.254	4	145	11.403

14. PASSIVOS FINANCEIROS

14.1 Empréstimos bancários

	31/12/2023	31/12/2022
Banco Santander Brasil S.A.	62.325	-
Itaú BBA Internacional	63.255	-

	31/12/2023	31/12/2022
(-) Juros Santander	(3.619)	-
(-) Juros Itaú	(2.661)	-
Total	119.300	-

Refere-se a captação de capital de giro em moeda estrangeira para aplicação nas atividades econômicas da Companhia, amparada pela Lei nº 4.131 de 3 de setembro de 1962. O valor total captado monta em R\$ 120 milhões sendo, R\$ 60 milhões junto ao Banco Santander, correspondente ao valor original em USD 12.131.015, a taxa de juros prefixados de 5,99% ao ano, e R\$ 60 milhões junto ao Banco Itaú, correspondente ao valor original em EUR 11.308.379, a taxa de juros prefixados de 4,56% ao ano. A amortização do principal e juros será feita em 4 (quatro) parcelas trimestrais, com primeiro no mês de março/2024. Sobre o saldo devedor é calculada a variação cambial, por ocasião dos fechamentos mensais, em contrapartida ao resultado. A seguir demonstramos a movimentação do saldo de empréstimos no exercício:

Em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2023	31/12/2022
(+) Captações	126.333	-
(-) Juros	(6.333)	-
(+/-) Variação cambial	(700)	-
Em 31 de dezembro de 2023	119.300	-

14.2 Instrumentos financeiros derivativos: Instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração da ADEMICON em utilizá-los como instrumento de proteção ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. A Administração da ADEMICON utiliza instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap cujo objeto de proteção são operações realizadas em moeda estrangeira. A utilização desses instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, a proteção contra riscos decorrentes das oscilações cambiais, sendo o vencimento dos instrumentos atrelados ao vencimento das operações de captação. Os instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, são ajustados a valor de mercado. As variações e ajustes decorrentes da (des)valorização desses instrumentos e objetos são lançados em contrapartida ao resultado, conforme Circular nº 3.082/02, em contas do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, registrados e avaliados conforme demonstrados a seguir:

	Valor da operação contratada em R\$	Valor da operação contratada em Moeda estrangeira	Indexador	(+) Ganho/(-) Perda com instrumentos derivativos
Banco Santander	60.000	12.131 USD	CDI + 1,0300 a.a.	(1.384)
Banco Itaú	60.000	11.308 EUR	CDI + 1,4712 a.a.	(588)
Total				(1.972)

14.3 Taxa de administração a apropriar: Corresponde à taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcio de forma antecipada ao regime de competência (anteriormente ao cumprimento da obrigação de performance), a ser realizada ao longo do tempo pelo método linear no prazo de contrato com o cliente, atendendo a regulamentação do BACEN, que através da Resolução BCB nº 120, aderiu prospectivamente ao pronunciamento contábil CPC 47.

Passivo circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de administração antecipada	16.860	13.314
Taxa de administração lance recebido	23.869	13.957
Total	40.729	27.271

Passivo não circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de administração antecipada	126.090	74.715
Taxa de administração lance recebido	187.085	85.321
Total	313.175	160.036

15. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Fiscais

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a pagar	2.136	2.852
Contribuição social a pagar	1.361	1.315
COFINS	2.553	1.979
PIS	550	428
ISS	1.863	1.427
IRRF sobre serviços de terceiros	434	340
INSS sobre serviços de terceiros	555	441
Outros tributos a recolher	115	104
Total	9.567	8.886

Previdenciárias

	31/12/2023	31/12/2022
INSS sobre salários	1.397	1.683
FGTS sobre salários	471	405
IRRF sobre salários	1.078	844
Total	2.946	2.932
Total	12.513	11.818

16. PASSIVOS DIVERSOS

Passivo circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Comissões a pagar (I)	33.649	22.823
Viagens e incentivos comerciais	10.859	7.635
Autorizados e licenciados	8.445	388
Fornecedores diversos	4.511	1.877
Provisão de férias e 13º salário a pagar	2.131	1.949
PLR a pagar	7.039	3.959
Outros passivos	37	1.381
Total	66.671	40.012

Passivo não circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos de FGTS - terceiros	940	-
Outros passivos	36	24
Total	976	24

(I) Refere-se aos valores de comissões de pessoas jurídicas e pessoas físicas geradas no mês de competência para pagamento no mês subsequente.

17. CONTINGÊNCIAS

A ADEMICON, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais e faz o acompanhamento do andamento de todos os processos, relativos a ações cíveis e reclamatórias trabalhistas. Para aqueles processos cujo prognóstico de perda é classificado como provável, os montantes envolvidos são registrados nas demonstrações financeiras, e, aqueles classificados com prognóstico de perda possível, são divulgados na nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2023, as contingências decorrentes de processos judiciais com prognóstico de perda provável estão representadas a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Causas cíveis	1.679	1.481
Causas trabalhistas	222	100
Indenizações a pagar	394	-
Créditos previdenciários (I)	3.345	-
Total	5.640	1.581

(I) Saldo refere-se a créditos previdenciários relacionados a limitação do "Sistema S" a 20 (vinte) salários-mínimos. Devido a mudança no posicionamento dos responsáveis pelo julgamento do tema, o aproveitamento do crédito foi suspenso, e a Administração da Companhia decidiu pela constituição de provisão para perda, dado o nível de incerteza quanto a realização do ativo correspondente ao valor do crédito. A movimentação do saldo de provisões para causas cíveis e trabalhistas no período está demonstrada a seguir:

	Cível	Trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.481	100
Constituição	654	183
(-) Reversões	(456)	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.679	222

Adicionalmente, as ações cujo prognóstico de perda foi classificado como possível estão representadas pelo montante de R\$ 820 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 841 em 31 de dezembro de 2022).

18. RECURSOS NÃO PROCURADOS

São os valores recebidos após encerramento dos grupos e que não foram distribuídos entre os consorciados, devido a elevado grau de dificuldade na sua localização. Com o objetivo de realizar o saldo de recursos não procurados, a ADEMICON vem executando sucessivas tentativas de contato com os consorciados além da divulgação dos saldos pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo total das cotas de recursos não procurados está representado pelo montante de R\$ 15.257 (R\$ 15.740 em 31 de dezembro de 2022), sendo o montante de R\$ 1.770 registrado em conta patrimonial do passivo não circulante, e o R\$ 13.487 registrado em contas de compensação.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social, representado em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R\$ 27.977, é pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país e está composto por 9.844.920 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Acções	R\$	%
Ademicon Holding S.A. (Anteriormente denominada Ademicon Crédito Serviços e Consultoria S.A.)	9.844.920	27.977	100
A ADEMICON é controlada pela ADEMICON Holding S.A. (Anteriormente denominada ADEMICON Crédito Serviços e Consultoria S.A.), a qual detém 100,00% de suas ações. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da ADEMICON está representado pelo montante			

DIRETORIA

Tatiana Schuchovsky - Diretora Presidente	Guilherme Carrasco - Diretor Vice-Presidente	Jorge Mancia - Diretor Financeiro
	Rosilaine Derling - Contadora - CRC: 050594/O-8	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Ademicon, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Ademicon é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse

de R\$ 101.272 (R\$ 99.571 em 31 de dezembro de 2022). **19.2 Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado ao final do exercício/semestre, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do valor total do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva legal está representado pelo montante de R\$ 5.595 (R\$ 5.595 em 31 de dezembro de 2022). **19.3 Reserva de lucros:** Representada pelo montante de R\$ 67.700 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 65.999 em 31 de dezembro de 2022), sua constituição tem como objetivo fazer frente ao pagamento de dividendos. **19.4 Distribuição de dividendos:** Conforme previsto no Estatuto da ADEMICON, os dividendos mínimos obrigatórios serão constituídos a proporção de 50% do lucro líquido auferido no exercício, após constituídos as reservas obrigatórias. O saldo remanescente poderá ser, em todo ou em parte, distribuído entre os acionistas ou retido para execução de orçamento de capital da Companhia, aprovado em Assembleia Geral, de acordo com as disposições aplicáveis em lei, no próprio Estatuto e em Acordos de Acionistas. Ainda, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderão ser preparadas demonstrações financeiras em períodos menores para distribuição de dividendos intermediários, com base nos resultados intermediários apurados ou à conta de reserva de lucros, que assim declarados, constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	238.966	50%
(%) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto	119.483	237.265
Dividendo mínimo obrigatório	119.483	237.265
Dividendos pagos	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ademicon ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Ademicon são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos

de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ademicon. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ademicon. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Ademicon a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curtiba, 20 de maio de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br
pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 23/05/2024 09:10:43

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 708583958d915abf0f96ed993f97464c439a9e0e2da1c6da13a3112246eef6bf



Assinatura

Assinado em: 23/05/2024 09:10:51

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 516aa73ea3359601e0c88ac552fda4da



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
191.221.207.10, 172.31.11.188	-25.4377984,-49.2634112	Curitiba	80230-150	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

